



PROCESSO : 2020 41000 000022
UNIDADE GESTORA : 410100 – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2019
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 058/2020/PCA/CGE
SGD Nº 2020 09049 001313

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - SETAS**, nos termos do inciso XII, art. 3º da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual, do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 9º da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2020, dentro do prazo que determina o inciso II, art. 4º do Decreto Estadual nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade do servidor **Pedro Augusto Rodrigues Vasconcelos** – Contador;

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 004787/O, conforme certidão, às fls. 28.

2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis às fls. 124 a 193a, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo, determinou como crédito inicial para a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social o valor de R\$ 35.454.264,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais), sendo o valor autorizado de R\$ 36.012.364,00 (trinta e seis milhões, doze mil, trezentos e sessenta e quatro reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício, conforme demonstrado no Anexo 11, às fls. 128 a 131.

2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve no exercício de 2019, arrecadação no valor de R\$ 116.784,61 (cento e dezesseis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos), referente à remuneração de depósitos bancários e outras restituições, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 126.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível insuficiente de arrecadação com percentual médio de 1,89%, bem abaixo do previsto, tendo sido emitido justificativa em nota explicativa às fls. 189, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	5.069.000,00	116.784,61	2,30
Receitas de Capital	1.110.000,00	0,00	0,00
TOTAL	6.179.000,00	116.784,61	1,89

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 (sem fonte por UG)

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos do Tesouro	0,00	3.465,00	0,00
225 – Convênios Federais	6.179.000,00	111.606,27	1,80
240 – Recursos Próprios	0,00	1.713,34	0,00
TOTAL	6.179.000,00	116.784,61	1,89

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 por UG (fonte)



2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 83,55%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	31.535.083,00	29.297.145,87	92,90
Despesas de capital	4.477.281,00	792.094,95	17,69
TOTAL	36.012.364,00	30.089.240,82	83,55

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos do Tesouro	29.236.311,00	29.204.719,58	99,89
103 – Contrapartida	497.053,00	493.849,97	99,35
104 – Emendas Parlamentares	100.000,00	100.000,00	100,00
225 – Convênios Federais	6.179.000,00	290.671,27	4,70
TOTAL	36.012.364,00	30.089.240,82	83,55

FONTE: SiafeTO - Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo da Despesa Orçada, Autorizada e Realizada por UG, às fls. 124 e 125, o valor das despesas de exercícios anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R\$ 4.255.595,35 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos), que equivale aproximadamente a 14,14% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 30.089.240,82 (trinta milhões, oitenta e nove mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente alocadas no orçamento, causam a movimentação orçamentária para sua cobertura, impactando no orçamento do exercício, prejudicando, em alguns casos, o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.



2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social foi de R\$ 35.454.264,00 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais), havendo abertura de créditos adicionais suplementares no montante de R\$ 6.096.728,00 (seis milhões, noventa e seis mil, setecentos e vinte e oito reais), e redução de créditos no valor de R\$ 5.538.628,00 (cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 36.012.364,00 (trinta e seis milhões, doze mil, trezentos e sessenta e quatro reais) conforme Balancete às fls. 177.

As suplementações no orçamento inicial da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, refletem um aumento de 17,20%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados pela Lei Orçamentária Anual de 2019, que é de 30% em cada esfera fixada.

2.2.1.5 Do Déficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 138 e 139, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R\$ 29.972.456,21 (vinte e nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos). Considerando o saldo das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, verifica-se um déficit efetivo de R\$ 4.614.794,43 (quatro milhões, seiscentos e quatorze mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), representando 15,34% da execução da despesa total, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 188, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizada	116.784,61
Despesas Executadas	30.089.240,82
Déficit	-29.972.456,21
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	25.753.276,30
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	-395.614,52
Saldo das Transferências	25.357.661,78
Déficit	-29.972.456,21
Déficit Efetivo	-4.614.794,43

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária,



conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 116.784,61 (cento e dezesseis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 25.916.905,49 (vinte e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, novecentos e cinco reais e quarenta e nove centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 9.479.499,47 (nove milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 6.061.586,74 (seis milhões, sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 30.089.240,82 (trinta milhões, oitenta e nove mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 395.614,52 (trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 7.384.664,68 (sete milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), restando saldo de R\$ 3.705.256,29 (três milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 142 a 145.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação;

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 147 e 148, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante no montante de R\$ 22.625.315,51 (vinte e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e quinze reais e cinquenta e um centavos), demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 16.978.265,31 (dezesseis milhões, novecentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 151, demonstra um déficit financeiro de R\$ 5.687.238,65 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), obtido a partir da



comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 3.706.800,67 (três milhões, setecentos e seis mil e oitocentos reais e sessenta e sete centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 9.394.039,32 (nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trinta e nove reais e trinta e dois centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 191;

IV) Os bens patrimoniais, móveis próprios e de terceiros e imóveis, estão registrados no imobilizado, às fls. 147, no valor total de R\$ 16.978.265,31 (dezesesseis milhões, novecentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), sendo 16.855.991,12 (dezesesseis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e doze centavos) referente aos bens móveis e R\$ 936.329,32 (novecentos e trinta e seis mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos) referente a bens imóveis e a depreciação no valor de 814.055,13 (oitocentos e quatorze mil, cinquenta e cinco reais e treze centavos), conforme Balancete às fls. 166 e 167, havendo divergência no valores dos bens móveis com o registrado no SISPAT, às fls. 194 a 219, tendo sido emitido justificativa das diferenças apresentadas às fls. 220 e 221.

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 147, apresenta saldo no valor de R\$ 841.549,04 (oitocentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove reais e quatro centavos), que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 223 a 226, tendo sido emitida justificativa, às fls. 228;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 147, registra saldo no valor total de R\$ 3.705.256,29 (três milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos), que confere com o Balanço Financeiro, às fls. 145;

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, Limite de Saque Bloqueado, somados os saldos apresentados nas contas bancárias, conferindo com os extratos destas, às fls. 229 a 476, conforme discriminação abaixo:

R\$ 3.482.140,25 (três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta reais e vinte e cinco centavos) nas contas bancárias específicas;

R\$ 168.516,04 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e dezesseis reais e quatro centavos) limite de saque com vinculação de pagamento;

R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais) limite de saque bloqueado;

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 148, totalizam um saldo de R\$ 31.952.314,61 (trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e um centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo;

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 148.



2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, às fls. 149, um saldo no exercício atual de R\$ 23.044.232,54 (vinte e três milhões, quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) no Passivo Permanente, referente a despesas com folha de pagamento, fornecedores e diárias a pagar.

No entanto, verifica-se ainda um valor que compõe o Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa de R\$ 23.013.902,47 (vinte e três milhões, treze mil, novecentos e dois reais e quarenta e sete centavos), às fls. 155, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”, este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei orçamentária Anual de 2019, elevando a despesa de R\$ 30.089.240,82 (trinta milhões, oitenta e nove mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 53.103.143,29 (cinquenta e três milhões, cento e três mil, cento e quarenta e três reais e vinte e nove centavos) incluindo esses passivos no exercício, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 192.

No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 24.415.407,69 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e nove centavos) que fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve uma diminuição desses passivos.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 29.349.556,48 (vinte e nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 52.496.946,91 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 23.147.390,43 (vinte e três milhões, cento e quarenta e sete mil, trezentos e noventa reais e quarenta e três centavos), conforme demonstrado às fls. 152 e 154.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 3.705.256,29 (três milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos), às fls. 160.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no montante negativo de R\$ 2.356.330,45 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R\$ 260.695,50 (duzentos e



sessenta mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 2.095.634,95 (dois milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), que somada ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 6.061.586,74 (seis milhões, sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 3.705.256,29 (três milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos).

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 3.048.598,72 (três milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos), deste montante, R\$ 96.908,53 (noventa e seis mil, novecentos e oito reais e cinquenta e três centavos) refere-se a restos a pagar não processados e R\$ 2.951.690,19 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e noventa reais e dezenove centavos), referente a restos a pagar processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls.142.

b) Registra-se um montante de R\$ 1.293.076,50 (um milhão, duzentos e noventa e três mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos) inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 140, do qual foi liquidado e pago R\$ 371.300,88 (trezentos e setenta e um mil, trezentos reais e oitenta e oito centavos), restando ainda um saldo de R\$ 921.775,62 (novecentos e vinte e um mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

c) Do montante de R\$ 6.710.455,08 (seis milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 141, foi pago o valor de R\$ 1.288.344,35 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), restando um saldo de R\$ 5.422.110,73 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, cento e dez reais e setenta e três centavos).

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTA NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 29 a 112, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.433/2019 bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da

Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA

3.1.1 Objetivos

No Relatório de Gestão está demonstrado que as atribuições da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 07 (sete) objetivos, às fls. 35 a 41, definidos nos Programas Temáticos 1161 – Assistência Social e 1162 – Trabalho e Mercado.

3.1.2 Metas Regionalizadas

a) Para o **Objetivo 250 - Fomentar condições alimentares adequadas para o desenvolvimento humano**, foram estabelecidas 05 (cinco) metas regionalizadas, sendo 02 (duas) com boa execução, 01 (uma) com baixa execução e 02 (duas) não executadas ao que foi previsto para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 58 a 63.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1161 - Assistência Social						
Objetivo – 250 - Fomentar condições alimentares adequadas para o desenvolvimento humano						
4528	Reativar o Programa Leite é Vida	Estadual	un	70	0	0
4359	Orientar 70 municípios sobre a Adesão ao SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	Estadual	un	70	48	68,57
4165	Capacitar 3.000 pessoas com ações de segurança alimentar e nutricional	Estadual	un	3.000	673	22,43
4622	Modernizar as Centrais de Abastecimento da Agricultura Familiar nos 139 Municípios.	Estadual	un	139	137	98,56
4623	Reestruturar e monitorar as 12 Unidades de Cozinhas Comunitárias implantadas no Estado do Tocantins.	Estadual	un	12	0	0

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Para o **Objetivo 0431 - Viabilizar a capacidade operacional nas concessões de empréstimos, financiamentos e captação de recursos**, foi estabelecido 01 (uma) meta regionalizada, sendo que essa meta superou o planejado para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 91.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1162 - Trabalho e Mercado						
Objetivo – 0431 - Viabilizar a capacidade operacional nas concessões de empréstimos, financiamentos e captação de recursos.						
4067	Ampliar em 40% o número de empréstimos efetivados no Estado até o ano de 2019	Estadual	%	40	5.440	13.600

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

c) Para o **Objetivo 263 - Promover a Proteção Social Básica e Especial**, foram estabelecidas 06 (seis) metas regionalizadas, sendo que 02 (duas) superaram a execução planejada, 03 (três) tiveram boa execução e 01(uma) teve baixa execução para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 64 a 71.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1161 - Assistência Social						
Objetivo – 0263 - Promover a Proteção Social Básica e Especial						
4184	Cofinanciar 17 Serviços Regionalizados de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Estadual	un	17	4	23,52
4179	Capacitar, acompanhar e orientar 97 municípios quanto à oferta dos serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	Estadual	un	97	139	143,29
4090	Capacitar 4.700 pessoas que atuem na gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	Estadual	un	4.700	5.347	113,76
4102	Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, com capacitações e orientações técnicas para 6.278 pessoas, assegurando a articulação entre o trabalho social com famílias e oferta de serviços e benefícios de Proteção Social Básica.	Estadual	un	6.278	4.084	65,05
4186	Realizar o cofinanciamento dos benefícios eventuais da proteção Social Básica em 100% dos municípios.	Estadual	%	100	82,73	82,73
4098	Apoiar os 139 municípios na realização de ações para erradicação do trabalho infantil	Estadual	un	139	139	100

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

d) Para o **Objetivo 0406 - Aprimorar e Fomentar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**, foram estabelecidas 06 (seis) metas regionalizadas, sendo que 01(uma) superou o planejado, 02 (duas) tiveram boa execução, 02 (duas) tiveram baixa execução e 01 (uma) não teve execução do previsto para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 74 a 80.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1161 - Assistência Social						
Objetivo – 0406 - Aprimorar e Fomentar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS						
4432	Mobilizar os 139 municípios à implantação dos Núcleos de Educação Permanentes do SUAS	Estadual	un	139	12	8,63
4097	Apoiar o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e os 139 Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS.	Estadual	un	140	139	99,28
4166	Capacitar 60% dos trabalhadores existentes do CadSuaS-TO do exercício vigente	Estadual	%	60	62,86	104,76
4329	Fortalecer a Vigilância Socioassistencial dos 139 Municípios	Estadual	un	139	103	74,10
4374	Implantar sistema de informação para identificação de risco de vulnerabilidade e diagnóstico dos 139 municípios	Estadual	un	1	0	0
4091	Apoiar 20 Órgãos Gestores Municipais da Assistência Social para alcançar a estrutura exigida pelo SUAS	Estadual	un	20	3	15

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

e) Para o **Objetivo 0388 - Promover atendimento social à população com problemas de subsistência, e/ou momentos de fragilidade**, foram estabelecidas 02 (duas) metas regionalizadas, sendo que 01 (uma) superou o planejado e a outra não registrou execução em relação ao que foi previsto para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 72 e 73.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1161 - Assistência Social						
Objetivo – 0388 - Promover atendimento social à população com problemas de subsistência, e/ou momentos de fragilidade.						
4624	Atender 72.000 pessoas acompanhantes de pacientes internados nos hospitais públicos da Capital na Casa de Apoio Vera Lúcia Pagani.	Estadual	un	72.000	86.779	120,52
4530	Reativar o projeto "Fábrica de cadeiras de rodas"	Estadual	un	1	0	0

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

f) Para o **Objetivo 0255 - Promover o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho**, foram estabelecidas 06 (seis) metas regionalizadas, sendo que 03 (três) superaram o planejado, 01 (uma) teve uma boa execução e 02 (duas) tiveram baixa execução para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo e demonstrativo às fls. 81 a 86.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1162 - Trabalho e Mercado						
Objetivo – 0255 - Promover o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho						
4730	Orientar 6.900 trabalhadores com palestras sobre saúde, segurança no trabalho ou trabalho decente.	Estadual	un	6.900	9.294	134,69
4182	Captar 30.000 vagas no mercado de trabalho.	Estadual	un	30.000	37.210	124,03
4187	Colocar 20.000 trabalhadores no mercado de trabalho.	Estadual	un	20.000	19.672	98,36
4336	Fortalecer os 9 Conselhos do Trabalho	Estadual	un	9	5	55,55
4394	Inserir 1.440 trabalhadores Segurados no mercado de trabalho.	Estadual	un	1.440	1.615	112,15
4486	Qualificar 6.000 trabalhadores do SINE através do Sistema de Serviço de Intermediação de Mão de Obra – IMO.	Estadual	un	6.000	210	3,50

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

g) Para o **Objetivo 0256 - Promover o desenvolvimento da ECOSOL - Economia Solidária e a Inclusão Produtiva**, foram estabelecidas 04 (quatro) metas regionalizadas, sendo que 01 (uma) superou o planejado, 01 (uma) teve baixa execução e 02 (duas) não tiveram execução do previsto para o período do PPA 2016-2019, conforme quadro abaixo nos demonstrativos às fls. 87 a 90.



Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
Programa 1162 - Trabalho e Mercado						
Objetivo – 0256 - Promover o desenvolvimento da ECOSOL - Economia Solidária e a Inclusão Produtiva						
4163	Capacitar 2.435 participantes empreendimento econômicos solidários Cadastro Único.	Estadual	un	2.435	4.550	186,85
4185	Apoiar e monitorar 76 EES – Empreendimentos de Economia Solidária que esteja em consonância com o SIES, no estado e propor parcerias com instituições financeiras para fomento dos mesmos.	Estadual	un	76	0	0,00
4303	Aprimorar o Conselho Estadual de Economia Solidária e, orientar a implantação de 20 Conselhos Municipais de Economia Solidária.	Estadual	un	20	0	0,00
4498	Realizar 17 feiras de Economia Solidária “Clube da Troca Solidária” no estado.	Estadual	un	17	5	29,41

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 11 (onze) indicadores, sendo 06 (seis) considerados com o índice apurado satisfatório, 03 (três) com alcance parcial, e 02 (dois) não apurado o índice desejado, conforme nos demonstrativos, às fls. 42 a 57. Constatou-se que 02 (dois) não demonstram série histórica da evolução temporal nas análises para o quadriênio 2016-2019.

3.3 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins-SIAFETO detalhadas no quadro abaixo, durante o exercício de 2019, tiveram 06 (seis) ações temáticas, às fls. 92 a 101, vinculadas aos Programas Temáticos: 1161 – Assistência Social, 1162- Trabalho e Mercado, representaram um orçamento autorizado de R\$ 6.930.728,00 (seis milhões, novecentos e trinta mil, setecentos e vinte e oito reais).

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Orçamento Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução %
Programa – 1161 - Assistência Social											
2078	979.762,00	-139.868,00	839.894,00	5.892,75	5.892,75	0,70	0,70	Municípios aderidos	139	9	6,47
2083	2.664.238,00	1.218.722,00	3.882.960,00	218.117,84	218.117,84	5,61	5,61	Unidade atendida	139	137	98,56
Total	3.644.000,00	1.078.854,00	4.722.854,00	224.010,59	224.010,59	4,74	4,74				
Programa - 1162 -Trabalho e Mercado											
2071	15.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Instâncias controle social do trab. fortalecida	4,00	0	0,00
2093	1.326.000,00	362.874,00	1.688.874,00	810.889,19	808.369,19	48,01	47,86	Trabalhador Atendido	315.000	269.005	85,39
2146	1.444.000,00	-925.000,00	519.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Trabalhador Atendido	4.000	8.029	200,72
2351	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Trabalhador Orientado	1.000	0	0,00
Total	2.805.000,00	-597.126,00	2.207.874,00	810.889,19	808.369,19	36,72	36,61				
Geral	6.449.000,00	481.728,00	6.930.728,00	1.034.899,78	1.032.379,78	14,93	14,89				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Depreende-se da análise que a Secretaria do Trabalho e Assistência Social apresentou, de forma geral, um insuficiente desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 14,93% dos recursos autorizados.

c) Para a ação 2078, observa-se execução orçamentário e financeiro de 0,70%, para 6,47%, execução da meta física planejada, não sendo apresentado os esclarecimentos pelo responsável da ação nos demonstrativos às fls. 92.

d) Constata-se que para as ações 2083 e 2093, houve um baixo desempenho financeira de 5,61% e 48,01%, sendo a execução da meta física planejada de 98,56% e 85,39%, conforme os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis pelas ações nos demonstrativos às fls. 94 e 97.

e) Na ação 2146, não houve execução orçamentária financeira, entretanto, evidencia uma execução de 200,72% da meta física planejada, tendo sido apresentado os esclarecimentos pelo responsável da ação conforme demonstrativo às fls. 99.

f) Em relação às ações 2071 e 2351, foram remanejados todo seu orçamento inicial, prejudicando assim o cumprimento de suas metas físicas iniciais planejadas, tendo sido apresentado os esclarecimentos pelos responsáveis das ações, conforme análise e justificativa nos demonstrativos, às fls. 96 e 101.

3.4 Ações de Gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, envolvendo um total de 05 (cinco) ações orçamentárias, sendo 04 (quatro) de gestão financeira e 01 (uma) de gestão física, representaram um orçamento autorizado de R\$ 29.081.636,00 (vinte e nove milhões, oitenta e um mil e seiscentos e trinta e seis reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,90% de execução, conforme quadros abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 102 a 107.

Ações de Gestão Física por Programa

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A	L/A	Descrição da Meta	Prevista	Realizada	Execução
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
2171	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Servidor capacitado	50	0	0,00
Total	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Em relação à ação 2171, foi remanejado todo seu orçamento inicial, prejudicando assim o cumprimento da meta física inicial planejada, conforme análise e justificativa, às fls. 102.



Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A%	L/A%
Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
2232	Manutenção de Recursos Humanos	27.005.184,00	275.966,00	27.281.150,00	27.280.456,94	27.249.254,44	99,99	99,88
2281	Manutenção de Serviços de Transportes	330.080,00	-95.116,00	234.964,00	234.956,67	217.093,67	99,99	92,39
2202	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	1.370.000,00	195.522,00	1.565.522,00	1.538.927,43	1.493.604,40	98,30	95,40
2242	Manutenção de Serviços de Informática	270.000,00	-270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral		28.975.264,00	106.372,00	29.081.636,00	29.054.341,04	28.959.952,51	99,90	99,58

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

4 TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, não houve recebimento de recursos de convênios da União no exercício de 2019, e não houve transferências de recursos concedidos a municípios e a instituições privadas e sem fins lucrativos, conforme demonstrado no anexo 2, às fls. 124 e 125.

No entanto, consta inscrição em restos a pagar na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a instituições privadas sem fins lucrativos, conforme demonstra o Relatório dos Saldos a Liquidar das Notas de Empenho - IMPSALDO, às fls.157 a 159.

5 REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, foram analisados 05 (cinco) processos, sendo 02 (dois) concernentes à adesão em ata de registro de preços e 02 (dois) de inexigibilidade de licitação e 01 (um) referente à execução do contrato, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

6 AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 não foi realizada nenhuma Auditoria e Inspeção na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, ressaltamos, porém, que no exercício em análise foram realizadas 08 (oito) procedimentos fiscalizatórios nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Banco do Empreendedor – Vinculado com a Setas	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.	Portaria CGPT Nº 90/2018/GABSEC, de 17 de outubro de 2018, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito do Banco do Empreendedor (Diário Oficial do Estado nº 5.221, de 19 de outubro de 2018).
Auditoria Operacional	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes	Avaliar o desempenho do “Sistema de Transporte Escolar”, tendo por finalidade subsidiar os responsáveis pela tomada de decisões com propositura de medidas para o aperfeiçoamento do sistema.	Portaria CGE nº 16/2019/GABSEC, de 15 de fevereiro de 2019, que instaura Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Diário Oficial do Estado nº 5.301, de 15 de fevereiro de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Polícia Militar do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 33/2019/GABSEC, de 08 de abril de 2019, que restabelece os trabalhos da Comissão de Auditoria Interna Contábil, realizada na Polícia Militar do Estado do Tocantins, designada pela Portaria CGE nº 60/2018/GABSEC, de 03 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.171, de 07 de agosto de 2018, fixando a data limite até o dia 06 de maio de 2019, considerando ainda, o inteiro teor do Ofício Comissão de Auditoria CGE nº 08/2019, onde expõem pormenorizadamente os motivos da solicitação de restabelecimento do prazo fixado na Portaria CGE nº 105/2018, de 07 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.255, de 11 de dezembro de 2018.
Auditoria Interna Contábil	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 35/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Defesa Agropecuária (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil e Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 36/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil e Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).



Auditoria de Regularidade	Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação	Verificar pormenorizadamente as inconsistências que impedem a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio Federal, o qual fora a fonte de recursos para sua implementação.	Portaria CGE nº 87/2019/GABSEC, de 08 de julho de 2019, que instaura Auditoria no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação, especificamente no Projeto de Irrigação São João (Diário Oficial do Estado nº 5.394, de 09 de julho de 2019).
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Atender Requisição nº 359/2019 - 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE Nº 169/2019/GABSEC, de 16 de agosto de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Requisição nº 359/2019 - 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.423, de 20 de agosto de 2019).
Fiscalização	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Atender Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 292/2019/GABSEC, de 30 de outubro de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Agência Tocantinense de Saneamento - ATS, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.475, de 1º de novembro de 2019).

7 CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade na Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social no exercício em análise, conforme informado às fls. 487.

8 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho foi informado pela Entidade, como demonstrado, às fls. 477 a 486, um quantitativo de 535 (quinhentos e trinta e cinco) servidores, sendo 278 (duzentos e setenta e oito) efetivos, 97 (noventa e sete) comissionados, 5 (cinco) efetivos comissionados, 32 (trinta e dois) efetivos com função de confiança, 118 (cento e dezoito) contratos temporários, 01 (um) requisitado com função comissionada e 04 (quatro) desligados, conforme folhas de pagamento do mês de dezembro de 2019.



b) Quanto aos quantitativos de admitidos no exercício de 2019, às fls. 482 a 486, informamos que houve admissão de 114 (cento e quatorze) servidores, todos por meio de contratos temporários.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **José Messias Alves de Araújo, Tiago da Silva Costa e outros** relacionados neste processo, às fls. 07 a 08, **COM RESSALVAS** aos itens 2.2.1.1, 2.2.1.3, 2.2.1.5, 2.2.3 alínea “b” I, III, IV e V, 2.2.3.1, 2.2.4, 2.2.6 alíneas “b” e “c”, 3.1.2 alíneas “a”, “b”, “c”, “d” “e” e “f”, 3.2, 3.3 alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” e 3.4 alínea “b” deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

Maria Creusa Barros de Melo
Prehl
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Wallysson Queiroz Martins
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Grace Mirian de Oliveira
Analista/Economista

Assinado eletronicamente

Valterly Silva Passos
Gerente de Auditoria em Políticas
Sociais e Segurança Pública

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 28/02/2020.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente